



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

DUCELIA MARIA FERREIRA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO NAS ÚLTIMAS
TRÊS DÉCADAS NO ESTADO DO TOCANTINS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Ducelia Maria Ferreira

**Educação especial: uma reflexão sobre a inclusão nas últimas três décadas no estado do
Tocantins**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador (a): Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F383e Ferreira, Duceia Maria.

Educação especial: uma reflexão sobre a inclusão das últimas três décadas no estado do Tocantins. / Duceia Maria Ferreira. – Miracema, TO, 2024.

28 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.

Orientador: Luciane Silva de Souza

1. Educação Inclusiva. 2. Educação especial. 3. Estado do Tocantins. 4. Inclusão escolar. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DUCELIA MARIA FERREIRA

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A INCLUSÃO NAS ÚLTIMAS
TRÊS DÉCADAS NO ESTADO TOCANTINS

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado à UFT – Universidade Federal do
Tocantins – Campus Universitário de Miracema do
Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a
obtenção do título de licenciatura em Pedagogia e
aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e
pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dra Luciane Silva de Souza – Orientadora - UFT.

Prof. Dra. Juliana Chioca Ipólito - Professora Orientadora – UFT

Prof. Kátia Emília – Professora Orientadora - SRE/SEDUC-TO

Dedico o fruto do meu trabalho primeiramente a Deus, à minha família, aos meus amigos e em especial, a meu pai e a meu filho Rhuan Harri Meyer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu através da imensurável bondade e graça, concedendo-me saúde, paciência, persistência e sabedoria para a realização de mais um sonho em minha vida.

E nesse contexto incluo minha gratidão aos meus pais, Pedro Juvino Ferreira (in memoriam) e Francisca Ione Ferreira que sempre acreditaram na minha capacidade e ainda me incentivaram nessa árdua caminhada. Aos meus filhos, Rhuan (in memoriam) Sabrina e Felipe que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e amenizando as dificuldades para que a carga das minhas angústias e conflitos se tornassem mais leves.

Seguindo com esse mesmo propósito, agradeço a orientadora Prof. Dra Luciane S. de Souza, que me orientou, auxiliou e apoio em diversos momentos, acreditando no meu potencial e em meu desempenho enquanto acadêmica.

Finalmente, agradeço imensamente a todos que de algum modo fizeram parte dessa jornada, amigos, parentes, professores e colegas de trabalho, a vocês meus cordiais e sinceros agradecimentos, que Deus derrame bênçãos infinitas.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução dos documentos normativos da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Estado de Tocantins nas últimas três décadas, por meio de uma pesquisa bibliográfica que abordará políticas públicas, práticas pedagógicas e perspectivas teóricas adotadas nesse período. Como pergunta problema temos: Quais seria documento normativo de política inclusiva no estado do Tocantins? uma revisão bibliográfica sobre educação inclusiva e especial, a situação da inclusão no Estado de Tocantins e considerações finais com sugestões para a melhoria da inclusão na educação especial no estado. A importância desse estudo reside na necessidade de compreender o papel da educação especial na promoção da inclusão de alunos com necessidades especiais no Estado de Tocantins, visando o planejamento e implementação de políticas públicas mais efetivas e inclusivas. A educação inclusiva e especial são pilares importantes para garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e necessidades, e são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva em Tocantins.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva. Educação especial. Estado do Tocantins.

ABSTRACT

This study aims to analyze the evolution of normative documents regarding the inclusion of students with special educational needs in the State of Tocantins over the past three decades, through a bibliographic research approach that will address public policies, pedagogical practices, and theoretical perspectives adopted during this period. The research question posed is: *What would be the normative document on inclusive policy in the State of Tocantins? * The study will include a literature review on inclusive and special education, an assessment of the current state of inclusion in Tocantins, and final considerations with suggestions for improving inclusion in special education within the state. The importance of this study lies in the need to understand the role of special education in promoting the inclusion of students with special needs in Tocantins, with the goal of planning and implementing more effective and inclusive public policies. Inclusive and special education are crucial pillars for ensuring the right to quality education for all individuals, regardless of their differences and needs, and are fundamental for building a more just and inclusive society in Tocantins.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. State of Tocantins.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL	9
2.1	Trajetória histórica da educação inclusiva e especial.....	13
2.2	Concepções: Educação inclusiva X Educação especial.....	18
2.3	Educação especial: Psicologia histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica	19
2.4	A educação especial na escola: Inclusão, como?	20
3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTINS	22
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade e, em especial, no sistema educacional tem sido cada vez mais presente. No Estado de Tocantins, essa discussão não é diferente, visto que a educação especial e a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais são temas que vêm sendo debatidos e implementados nas escolas.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar e refletir sobre a evolução da inclusão de estudantes com necessidades especiais nas escolas do Estado de Tocantins nas últimas três décadas. Será feita uma análise das políticas públicas, das práticas pedagógicas e das perspectivas teóricas adotadas nesse período, a fim de compreender os avanços, desafios e perspectivas em relação à educação especial e inclusiva.

Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: quais seriam documento normativo de política inclusiva no estado do Tocantins?

Para realizar essa reflexão sobre a inclusão na educação especial nas últimas três décadas no Estado de Tocantins, será realizada uma pesquisa bibliográfica, com levantamento de dados em livros, artigos e documentos oficiais sobre o tema.

Este trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre a educação inclusiva e educação especial. no segundo capítulo, será abordada educação inclusiva e educação especial no estado do Tocantins. E, por fim, no terceiro capítulo, serão apresentadas as considerações finais e sugestões para a melhoria da inclusão na educação especial no Estado de Tocantins.

Este estudo se justifica pela importância de se compreender o papel da educação especial na promoção da inclusão de estudantes com necessidades especiais no Estado de Tocantins. Compreender os avanços, desafios e perspectivas nesse campo é fundamental para o planejamento e implementação de políticas públicas mais efetivas e inclusivas.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A humanidade está a todo momento sofrendo por grandes transformações e a educação brasileira vem perpassando cada uma dessas transformações e nesse mesmo ritmo acelerado as gerações também vem mudando. O fluxo de informações são cada vez mais acessíveis e, com tudo isso acontecendo o sistema educacional deve estar atento a esses processos, um deles é bem visível, trata-se das tecnologias de informação que estão por todos os ambientes, cabendo ao educador, dentro da escola a qual está inserido, adequar, se reorganizar para melhor atender aos estudantes desse novo formato de sociedade.

Com a rapidez das mudanças, não podemos esperar que os métodos de ensino e aprendizagem antigos funcionem da mesma forma. As crianças de hoje são mais conectadas, mais ágeis e absorvem informações de maneira diferente. Portanto, é importante que os educadores estejam atualizados e usem métodos inovadores para acompanhar essas transformações.

Diante disso, é preciso compreender a necessidade da Inclusão Escolar e o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais por se tornarem questões de fundamental importância no processo de educar. Os estudantes em questão são inteligentes e têm pleno conhecimento de seus direitos que são: 1. acesso à educação: todos os estudantes têm direito a frequentar a escola e receber educação de qualidade, independentemente das suas necessidades especiais. 2. Adaptações e suportes: os estudantes especiais têm o direito de receber adaptações curriculares e suportes necessários para que possam participar plenamente das atividades educacionais. 3. Acesso a recursos e tecnologias assistivas: os estudantes especiais têm direito a ter acesso a recursos e tecnologias que os auxiliem no processo de aprendizagem e inclusão na escola. 4. Avaliação e acompanhamento individualizado: os estudantes especiais têm direito a avaliações e acompanhamento individualizado de suas necessidades, para que possam alcançar seu pleno potencial educacional. 5. Participação em atividades extracurriculares: os estudantes com necessidades especiais têm o direito de participar de todas as atividades escolares, incluindo esportes, artes e outras atividades extracurriculares. 6. Respeito à individualidade, eles: os têm direito de serem respeitados em sua individualidade e a receber um tratamento justo e igualitário na escola. 7. Apoio emocional e social: os

estudantes especiais têm o direito de receber apoio emocional e social, para que possam desenvolver suas habilidades sociais e emocionais.

Estes são alguns dos direitos dos alunos especiais, que visam garantir a sua inclusão e sucesso educacional. É importante que as escolas e a sociedade como um todo, estejam empenhadas em garantir o respeito e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais. Todavia, é essencial que sejam respeitadas e recebam a devida atenção e suporte, pois isso favorece o processo de ensino aprendizagem deles.

Segundo Mazzotta (2008),

[...] na concretização da educação escolar poderá ser melhor se utilizar diferentes auxílios e serviços educacionais, que venham de fato atender bem às necessidades dos alunos. Isso é melhor do que colocá-los em uma única, esplêndida e especialíssima escola, mas onde todos fiquem sem as competentes respostas às suas necessidades básicas de aprendizagem para uma vida digna e feliz. (MAZZOTTA, 2008, p. 167)

Ou seja, a inclusão na escola não se resume apenas em colocar todos os estudantes na mesma sala de aula, mas sim, em proporcionar um ambiente acolhedor, adaptado para cada um, no sentido de que todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, visto que a Educação Inclusiva é um conceito que preza pela igualdade de oportunidades e acesso à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças e necessidades. Ela busca garantir que os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, dificuldades de aprendizagem, transtornos, entre outros, tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e necessidades específicas.

É essencial que cada indivíduo seja reconhecido em sua singularidade, tanto no plano individual, quanto no social e, que todos tenham a oportunidade de participar ativamente nas comunidades locais e regionais. A responsabilidade pela inclusão não deve ser ignorada por nenhum dos cidadãos, isso inclui a participação da família, da sociedade e do Estado, afinal, o respeito ao outro se manifesta em nossas atitudes e ações no dia a dia. Mazzotta relata que

No espaço público, pois, a igualdade de desiguais precisa ser assegurada sob certos aspectos e por motivos específicos, já que ela não decorre da natureza humana. Daí ser indispensável a participação social de todos na produção, gestão e uso dos bens e serviços de uma sociedade democrática. Assim sendo, aquele que fica separado dos demais, isolado, privado de sua capacidade de agir, está socialmente morto. É precisamente em razão disso que o respeito à diversidade e a prática de cooperação e solidariedade devem ser os sólidos pilares da edificação de uma ordem social que priorize a

construção do outro como sujeito e cidadão. Como tão bem já salientou Anthony Giddens, “A democracia não é panacéia, trata-se de um meio para capacitar os indivíduos a conviver em condições de comunicação e respeito mútuos”. (MAZZOTTA, 2008, p. 166)

No âmbito público, é crucial garantir a igualdade entre indivíduos diferentes em determinados aspectos e por razões específicas, uma vez que essa igualdade não é inerente à natureza humana. Portanto, a participação de todos na criação, administração e utilização dos recursos e serviços em uma sociedade democrática é essencial. Aquele que se encontra isolado, separado dos demais e privado da capacidade de agir, acaba sendo excluído socialmente. Por esse motivo, o respeito à diversidade e a prática da cooperação e solidariedade devem ser fundamentos sólidos na construção de uma ordem social que valorize a promoção do outro como sujeito e cidadão.

Desta forma, a democracia é um meio para capacitar os indivíduos a conviver em condições de comunicação e respeito mútuos é muito relevante. A democracia não é uma solução milagrosa, mas um caminho para promover o respeito mútuo entre as pessoas.

O próprio Touraine nos indica uma resposta tríplice. É preciso, diz ele: em primeiro lugar, o reconhecimento da diversidade, e que se afaste toda homogeneização, toda negação da diferença; em segundo lugar, o reconhecimento das diferenças que seja compatível com as atividades instrumentais independentes das culturas nas quais são executadas; em terceiro lugar, o reconhecimento, em toda sociedade, dos direitos humanos fundamentais em referência ao sujeito. (MAZZOTTA, 2008, p. 166)

Segundo Mazzotta, Touraine nos apresenta uma abordagem composta por três aspectos fundamentais. Ele destaca a importância de reconhecer a diversidade, evitando a homogeneização e a negação das diferenças. Além disso, ressalta a necessidade de reconhecer as diferenças de forma a permitir a realização de atividades instrumentais independentes das culturas em questão. Por fim, enfatiza a importância do reconhecimento dos direitos humanos fundamentais em relação ao indivíduo em qualquer sociedade.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa

direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003, p. 43)

Desta maneira, a Educação Inclusiva busca aprimorar as práticas pedagógicas, adaptando-as às necessidades individuais dos estudantes, de forma a garantir que todos tenham acesso ao currículo escolar e possam desenvolver suas habilidades e potenciais da melhor forma possível. Ela também envolve a formação e o apoio aos professores, para que possam lidar de forma eficaz com as demandas e necessidades dos estudantes com necessidades especiais ou outras dificuldades.

A Educação Especial é um conjunto de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para garantir o acesso à educação e o desenvolvimento pleno de pessoas com necessidades especiais, seja por necessidades especiais física, mental, sensorial, intelectual, transtornos de aprendizagem ou questões emocionais.

O objetivo da Educação Especial é promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no processo educativo, adaptando o currículo, os materiais e a metodologia de ensino para atender às necessidades específicas de cada aluno. Além disso, busca-se também promover a autonomia, a independência e a autoestima dos estudantes, preparando-os para uma vida plena e participativa na sociedade.

A existência de um coordenador pedagógico em cada unidade escolar, [...] não tem propiciado um bom acompanhamento/andamento do projeto político-pedagógico da escola, seja porque esse projeto não foi ainda bem compreendido e valorizado, seja porque muitos desses coordenadores atuam em cumplicidade com os demais integrantes da unidade. Eles têm dificuldade de se distanciar dos problemas de sua unidade, sentem-se muito envolvidos e misturados com os seus colegas e com os alunos, para que possam tomar certas atitudes mais ousadas e corajosas em relação aos professores, aos pais, à comunidade escolar como um todo. (SOUZA, 2016, p. --)

Para isso, é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar, que envolve profissionais como psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, coordenadores pedagógicos, entre outros, que trabalham em conjunto com os professores para identificar as potencialidades e dificuldades de cada estudante e desenvolver estratégias de ensino adequadas.

A Educação Especial preconiza uma abordagem inclusiva e individualizada que consiste em adaptar o ensino às necessidades específicas de cada estudante com necessidades especiais, levando em consideração suas habilidades, interesses, limitações e potencialidades, e envolve a criação de um plano educacional

personalizado para cada aluno, com objetivos e metas específicas, bem como o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas, que respeitem o ritmo de aprendizagem e as características individuais de cada estudante. Envolve também, a colaboração entre professores, pais, terapeutas e outros profissionais, de modo a garantir um apoio integral e integrado para o aluno.

2.1 Trajetória histórica da educação inclusiva e especial

A Educação Inclusiva e Especial tem uma trajetória histórica marcada por avanços e desafios ao longo dos séculos. Desde a antiguidade, pessoas com necessidades especiais eram muitas vezes excluídas da sociedade e não tinham acesso à educação. No entanto, ao longo do tempo, a percepção sobre a inclusão e a educação das pessoas com necessidades especiais foi se modificando.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. Analisando a evolução histórica dos movimentos para universalizar o acesso às escolas, conclui-se que o paradigma da inclusão vem caracterizar uma orientação que, necessariamente, diz respeito à melhoria da qualidade das respostas educativas de nossas instituições de ensino. (SANTOS, 2018. p. 45-46)

O movimento pela educação inclusiva busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso envolve a eliminação de barreiras físicas, sociais e culturais que possam impedir a participação plena de todos os estudantes. A educação inclusiva promove a diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades, garantindo assim a participação ativa de todos na sociedade.

A inclusão na educação não se resume apenas a colocar todos os estudantes na mesma sala de aula, mas também envolve práticas pedagógicas que atendam às necessidades individuais de cada estudante, respeitando suas potencialidades e diferenças. Isso inclui a adaptação de materiais, a formação de professores, o desenvolvimento de projetos pedagógicos inclusivos e a promoção de uma cultura escolar acolhedora e solidária.

É comum ouvir o professor dizer principalmente no ensino fundamental que não foi preparado para lecionar para pessoas com deficiência mental. O

profissional compromissado deverá preocupar-se em fazer com que os alunos se apropriem de ensinamentos, orientando-os a lidar com a vida, de forma a superarem as dificuldades que possam surgir. Não podemos esquecer que educar é muito mais que alfabetizar. (SILVA, 2021. p. 88)

Neste contexto, é importante que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade de estudantes em suas salas de aula, incluindo aqueles com necessidades especiais mental. A educação vai além da simples transmissão de conhecimentos, sendo essencial orientar e apoiar os estudantes para que eles possam superar as dificuldades que enfrentam. Portanto, é fundamental que os educadores tenham em mente a importância de ensinar as habilidades necessárias para que os estudantes sejam capazes de lidar com os desafios da vida, garantindo assim uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Assim, constata-se que, na Antigüidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano. No Período Medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica (de natureza religiosa). No Século XVII os novos avanços no conhecimento produzidos na área da Medicina, fortaleceram e ampliaram a compreensão da deficiência como processo natural. (MANTOAN, 2003, p. 46)

Na Antiguidade, a pessoa com necessidades especiais não era considerada um ser humano. Já no período medieval, a deficiência passou a ser vista de forma metafísica, ligada à natureza religiosa. No século XVII, avanços na área da Medicina contribuíram para uma maior compreensão das necessidades especiais como um processo natural, fortalecendo e ampliando o conhecimento sobre o tema. Essas mudanças ao longo da história refletem a evolução das percepções e entendimentos em relação a necessidades especiais.

Instituições como, os conventos e asilos da Idade Média, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram locais de confinamento, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Desde o início, caracterizaram-se pela retirada das pessoas de suas comunidades e pela manutenção das mesmas nessas instituições ou escolas especiais, frequentemente, situadas distantes de suas famílias. (MANTOAN, 2003, p. 46)

Somente no século XX, por volta de 1960, que esse quadro começou a ser criticado, examinado e dois novos conceitos passaram a permear o debate social: normalização e desinstitucionalização, iniciando, no mundo ocidental, o movimento que defendia a necessidade de introduzir a pessoa com necessidades educacionais especiais na sociedade, procurando ajudá-la a adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal criando-se o conceito de integração. (MANTOAN, 2003, p. 46)

A partir desses novos conceitos, surgiram políticas e movimentos que visavam a inclusão das pessoas com necessidades especiais na sociedade, permitindo que

elas participassem ativamente da vida comum, em vez de serem isoladas em instituições. O foco passou a ser o desenvolvimento da autonomia e independência dessas pessoas, além de proporcionar oportunidades para que pudessem desenvolver seus talentos e habilidades.

A integração escolar foi um dos principais marcos desse movimento, buscando garantir que as pessoas com deficiência tivessem acesso à educação regular e fossem incluídas em salas de aula com seus pares sem necessidades especiais. A educação inclusiva passou a ser um direito, e não mais uma exceção.

Atualmente, a luta pela inclusão das pessoas com necessidades especiais continua, com o objetivo de garantir que elas tenham acesso a todos os espaços e oportunidades, sem discriminação ou exclusão. A valorização da diversidade e o respeito à individualidade de cada pessoa são princípios fundamentais na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

No século XX, com o avanço da medicina e da psicologia, surgiram novas abordagens para a educação de pessoas com necessidades especiais. A inclusão passou a ser vista como um direito fundamental, e surgiram movimentos em prol da inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu o direito à educação de todas as pessoas, sem discriminação. Este direito fundamental é estabelecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que "toda pessoa tem direito à educação". A educação é essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, para o fortalecimento dos direitos humanos e para a promoção da paz e da justiça.

Um dos movimentos principais em prol da Educação Inclusiva e Educação Especial foi a criação da Declaração de Salamanca em 1994, realizada na Espanha durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Neste documento, os países se comprometeram a promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais.

Em sua linha de ação sobre necessidades educativas especiais, sugere o processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum, alunos com ou sem deficiência, pois, o princípio fundamental que rege as escolas integradoras [inclusivas] é o de que todas as crianças, sempre que possível devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades de diferenças. (SALAMANCA, 1994, p. 23)

Desde então, diversas políticas e práticas têm sido implementadas em todo o mundo com o objetivo de garantir o acesso à educação para todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, transtornos de aprendizagem e outras necessidades especiais. Este movimento tem sido fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade na educação.

Nas últimas décadas, a Educação Inclusiva se tornou um tema central nas políticas educacionais em todo o mundo. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, reforçou o direito à Educação Inclusiva e à participação plena na sociedade para todas as pessoas com deficiência. Hoje, a Educação Inclusiva é vista como um processo contínuo de garantir o direito de todas as pessoas à educação de qualidade, independentemente de suas características individuais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita após a 2ª Guerra Mundial, que mostram a essência dos direitos do homem. A partir da visão desses direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, que estruturam o modelo tradicional de educação escolar. (COSTA, 2019. p. 112-113)

Dessa forma, é necessário repensar a educação para promover a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, garantindo a todos os indivíduos o acesso a uma educação de qualidade. Isso implica em uma reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas, a formação dos profissionais da educação e a estrutura escolar como um todo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos mostra a importância de garantir os direitos do homem e promover a igualdade, refletindo sobre os mecanismos de hierarquização presentes na sociedade e na educação, e buscando transformá-los para construir um mundo mais justo e inclusivo para todos.

Os movimentos sociais que mobilizaram pais e educadores, e, em consequência da democratização da escola às camadas mais desfavorecidas economicamente, deu origem a organização das primeiras associações de pais e pessoas com deficiência (APAEs), nas décadas de 60 e 70. A partir daí a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente baseados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (MANTOAN, 2003, p. 46)

Outro, movimento importante em prol da Educação Inclusiva e Especial foi a criação de leis e políticas públicas voltadas para a garantia de acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais no sistema educacional. No Brasil, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são dois importantes marcos legais que orientam as ações nesse sentido.

Além disso, o movimento também promoveu a formação de professores e profissionais da educação para lidar com a diversidade de alunos em sala de aula, implementando práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas às necessidades específicas de cada estudantes. A capacitação de docentes é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e que possam desenvolver todo o seu potencial.

A educação inclusiva defende a ideia de que todos os estudantes, independente de suas diferenças, devem ter acesso a uma educação de qualidade, em um ambiente escolar acolhedor e preparado para atender às suas necessidades individuais. Isso implica em práticas pedagógicas diferenciadas, adaptações curriculares e a garantia de recursos e apoios necessários para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes.

Outra importante ação nesse sentido foi a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade. Através de campanhas educativas e de sensibilização, o movimento busca combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma cultura de respeito e igualdade para todos.

Assim, a educação inclusiva busca superar o modelo segregacionista e garantir a efetiva participação e aprendizagem de todos os alunos, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Nesse sentido, as APAEs também passaram por transformações em sua atuação, buscando se adequar aos princípios da inclusão e promover a educação de qualidade para pessoas com necessidades especiais, de forma igualitária e respeitosa.

2.2 Concepções: educação inclusiva x educação especial

A educação inclusiva e a educação especial são conceitos diferentes, porém, relacionados, que têm como objetivo promover a igualdade de oportunidades e garantir o acesso à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Todavia, a educação inclusiva é um modelo educacional que valoriza a diversidade e a igualdade de oportunidades, promovendo a inclusão de todos os estudantes na comunidade escolar. Dentro das concepções de educação inclusiva, destacam-se a valorização da diversidade, a busca pela equidade, o respeito às diferenças individuais, a promoção da autonomia dos estudantes, a colaboração entre professores, pais e demais profissionais da educação, a adaptação dos ambientes educacionais para atender às necessidades de todos os estudantes, entre outros princípios.

A partir dessas concepções, a educação inclusiva busca superar as barreiras que impedem a participação de alguns estudantes na escola, como o preconceito, a discriminação, a falta de recursos e de suporte adequados, a falta de capacitação dos profissionais da educação, entre outros obstáculos.

No entanto, para que a educação inclusiva seja efetiva, é fundamental que haja flexibilidade nos métodos de ensino, adaptações curriculares, formação adequada dos profissionais da educação, recursos e materiais acessíveis, entre outros aspectos. Além disso, é importante promover a convivência e a colaboração entre os estudantes, incentivando o respeito mútuo e a valorização das diferenças.

Já a Educação Especial é uma área da educação que se dedica ao atendimento de indivíduos com necessidades específicas, que podem ser de ordem física, intelectual, sensorial, emocional ou comportamental. O objetivo da Educação Especial é garantir a igualdade de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes, promovendo a inclusão e a participação plena na sociedade.

Desta forma, as concepções sobre educação especial são diversas e evoluíram ao longo do tempo. Inicialmente, a educação especial era vista como um sistema separado da educação regular, destinado apenas a estudantes com necessidades especiais severas ou incapacidades. No entanto, com o avanço dos estudos e práticas inclusivas, a perspectiva da educação especial passou a ser de proporcionar suporte e recursos específicos para atender às necessidades individuais de todos os

estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Desta forma, a inclusão tornou-se um princípio fundamental da educação especial, visando garantir o acesso igualitário à educação e promover a participação ativa e plena de todos os estudantes na sociedade. Nesse sentido, a educação especial busca oferecer adaptações curriculares, suportes pedagógicos e tecnológicos, além de promover a sensibilização e o respeito à diversidade para promover o pleno desenvolvimento e aprendizagem de todos os estudantes.

Com isto, é importante ressaltar que a Educação Especial não se restringe apenas ao atendimento de estudantes com deficiência, mas também abrange indivíduos com dificuldades de aprendizagem, altas habilidades/superdotação, transtornos do espectro autista, entre outras condições que requerem adaptações e suportes específicos para garantir o pleno desenvolvimento educacional e social dos estudantes. A inclusão desses estudantes na escola regular é um dos princípios fundamentais da Educação Especial, que busca promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade em todos os espaços educacionais.

2.3 Educação especial: Psicologia Histórico-cultural e pedagogia Histórico-crítica

A educação especial é uma área que se dedica ao estudo e atendimento de indivíduos com necessidades educacionais especiais, buscando garantir a inclusão e o desenvolvimento dessas pessoas. A abordagem da psicologia histórico-cultural, desenvolvida por Vygotsky, é uma das abordagens utilizadas nesse campo.

Visto que, essa abordagem enfatiza a importância do contexto social e cultural no desenvolvimento humano, destacando a influência das interações sociais e do ambiente educacional na construção do conhecimento e no desenvolvimento das habilidades dos indivíduos com necessidades especiais. Dessa forma, a psicologia histórico-cultural ressalta a importância de criar ambientes inclusivos e de proporcionar apoio e recursos específicos para atender às necessidades desses indivíduos.

Além disso, essa abordagem também destaca a importância de se promover a autonomia e a independência dos indivíduos com necessidades especiais, respeitando suas individualidades e incentivando seu desenvolvimento. Assim, a psicologia histórico-cultural é uma importante ferramenta para a promoção da inclusão

e do desenvolvimento das pessoas com necessidades especiais na educação especial.

Desta forma, a Psicologia Histórico-cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky, é uma abordagem que se baseia na ideia de que o desenvolvimento humano é resultado da interação do indivíduo com seu ambiente e com outras pessoas. Essa abordagem considera que o ser humano é um ser social e que o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo ocorrem por meio da interação com outras pessoas mais experientes.

Já no contexto da educação especial, a Psicologia Histórico-cultural pode ser uma ferramenta importante para compreender o desenvolvimento e as dificuldades de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais. Ou seja, ela enfatiza a importância do ambiente e das interações sociais no processo de desenvolvimento e aprendizagem, defendendo que o apoio de educadores e profissionais especializados pode proporcionar um ambiente mais propício para o desenvolvimento das habilidades desses indivíduos.

Além disso, a Psicologia Histórico-cultural também destaca a importância da linguagem e da cultura no desenvolvimento cognitivo. Portanto, ao trabalhar com alunos com necessidades especiais, é fundamental considerar o contexto cultural e linguístico em que estão inseridos, buscando estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes de forma adequada às suas necessidades individuais.

2.4 A Educação especial na escola: inclusão, como?

A Educação especial na escola deve ser pautada pelo princípio da inclusão, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Para promover uma educação inclusiva, é importante adotar algumas medidas, tais como: Formação de professores: é fundamental que os professores recebam formação adequada para lidar com estudantes com necessidades especiais, de modo a garantir que eles possam atender às suas demandas de maneira eficaz. Adaptação do currículo: é importante adaptar o currículo escolar para atender às necessidades individuais de cada estudante, oferecendo atividades e metodologias pedagógicas que sejam acessíveis a todos. Material didático acessível: é essencial garantir que o material didático utilizado na escola seja acessível a todos os estudantes, incluindo recursos

tecnológicos e adaptativos. Apoio especializado: é importante oferecer apoio especializado, como a presença de profissionais de apoio (como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas) para auxiliar os estudantes com necessidades especiais em seu processo de aprendizagem. Ambiente inclusivo: é fundamental criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que promova a diversidade e o respeito às diferenças, garantindo que todos os estudantes se sintam bem-vindos e valorizados. Parceria com a família: é importante envolver a família no processo educativo, garantindo uma comunicação aberta e colaborativa, de modo a promover o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades especiais.

A Educação especial na escola deve ser baseada na inclusão, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e que suas necessidades individuais sejam atendidas de forma adequada. A promoção de uma educação inclusiva requer o engajamento de toda a comunidade escolar, bem como a implementação de ações concretas para garantir a inclusão e o sucesso educacional de todos os estudantes.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTINS

A Educação Inclusiva e a Educação Especial são pilares fundamentais para a garantia do direito à educação de qualidade para todas as pessoas, independente de suas diferenças e necessidades. No Estado do Tocantins, essas duas vertentes da educação têm sido cada vez mais valorizadas e incentivadas, visando a inclusão e o acolhimento de todos os alunos.

A Educação Inclusiva no Tocantins busca promover a participação ativa de alunos com necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento e outras necessidades especiais, em escolas regulares. É importante ressaltar que a inclusão não se limita apenas aos alunos com necessidades especiais, mas também engloba a diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, entre outras.

Já a Educação Especial no Estado do Tocantins é ofertada para aqueles alunos que necessitam de um atendimento mais específico e especializado, seja por conta de deficiências intelectuais, físicas, sensoriais ou múltiplas. O objetivo é garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e que possam desenvolver seu potencial máximo.

Para isso, o Estado do Tocantins tem trabalhado na formação de professores e profissionais da educação, na adaptação de currículos e materiais pedagógicos, na disponibilização de recursos e tecnologias assistivas, além de promover a inclusão social e a valorização da diversidade.

É fundamental que a sociedade como um todo se engaje nesse processo de inclusão e valorize a diversidade, para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. A Educação Inclusiva e a Educação Especial são essenciais para garantir a igualdade de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva no Estado do Tocantins.

Quadro 1 – Documentos normativos Conselho Estadual de Educação TO

Documentos normativos	Ano de publicação	Tema
Resolução nº 1	14 de janeiro de 2010	Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado –

		AEE, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.
Resolução nº 040/2001	22 de fevereiro de 2001.	Dá nova redação aos artigos 15 e 16 da Resolução nº 020/97, que tratam da montagem de processo de autorização para funcionamento de escolas de educação especial.
Resolução nº 028	12 de fevereiro de 2016	Estabelece critérios para identificação, avaliação e reclassificação/aceleração de estudantes da Educação Básica, com indicadores de Altas Habilidades/ Superdotação - AH/SD, na modalidade de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.
Lei nº 3016	13 de maio de 2016	Inclusão de pessoas com visão monocular.
Normas Educacionais para Estudantes com TDAH	14 de abril de 2021.	Inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).
Lei nº 3.962	28 de março de 2022	Inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

<https://www.to.gov.br/cee/camara-de-legislacao-e-normas/7k1i780f7fjz>

A busca pela inclusão e pela educação de qualidade para todos é um princípio fundamental nas diretrizes do Sistema Estadual de Ensino do Tocantins. Diversas resoluções e normativas têm sido estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação

para garantir que todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades educativas especiais, tenham acesso a um atendimento adequado.

A Resolução Nº 1, de 14 de janeiro de 2010, define as diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no estado. Seu objetivo primordial é assegurar que estudantes com necessidade de educação especial, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação recebam o suporte necessário. O AEE deve ser oferecido tanto em serviços de educação especial, quanto em classes regulares, promovendo a inclusão e a acessibilidade, além de ser integrado na proposta pedagógica da instituição, com profissionais qualificados e recursos adequados.

A Resolução nº 40/2001, revisa a legislação anterior referente à autorização para funcionamento das escolas de educação especial. Essas instituições têm a responsabilidade de prestar atendimento especializado a estudantes com diversas necessidades especiais. Para operar legalmente, devem seguir critérios específicos, como ter um corpo docente qualificado e respeitar os padrões estruturais necessários. O reconhecimento pode ser solicitado após um período mínimo de dois anos desde a autorização.

A Resolução nº 08, de 12 de fevereiro de 2016, visa abordar a identificação e avaliação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Esta norma é crucial para assegurar que esses estudantes também tenham um acesso justo à educação, oferecendo desafios adequados às suas necessidades e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo que respeite suas singularidades.

A Lei nº 3.016/2016 do Tocantins reconhece a visão monocular como uma deficiência visual. Essa legislação assegura direitos específicos para as pessoas com essa condição, promovendo sua inclusão em áreas como saúde, educação, mercado de trabalho e demais políticas públicas. Com isso, pessoas com visão monocular têm direito a concorrer em vagas destinadas às pessoas com deficiência (PCD) e a outras garantias previstas em legislações inclusivas.

Em 2021, o Conselho Estadual de Educação do Tocantins publicou diretrizes voltadas para adaptações pedagógicas e inclusão de estudantes com TDAH no ambiente escolar. Essas normativas estabelecem a importância do diagnóstico precoce, da personalização do ensino e do uso de metodologias ativas para atender às necessidades educacionais de crianças e adolescentes com TDAH. Além disso,

destacam a relevância da capacitação dos educadores e o acolhimento das famílias para criar um ambiente de aprendizado acessível e eficaz.

A Lei nº 3.962/2022 do Tocantins trata da garantia de direitos educacionais para pessoas com TEA. Ela estabelece medidas para promover a inclusão dessas pessoas no sistema educacional, como a capacitação de professores, a disponibilização de mediadores e cuidadores em sala de aula, e adaptações curriculares para atender às necessidades específicas dos estudantes autistas. Essa legislação reforça o compromisso do estado com a educação inclusiva, respeitando a individualidade e os direitos das pessoas com TEA.

Esses documentos representam um avanço significativo na luta pela inclusão, pois formalizam o compromisso do Estado do Tocantins com a educação de qualidade para todos, independentemente das necessidades especiais dos estudantes. Ao regulamentar práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para a inclusão, essas resoluções promovem a igualdade de oportunidades e a participação plena dos estudantes com necessidades especiais na vida escolar. Elas também reforçam a importância da formação continuada dos educadores e da adaptação dos espaços escolares para atender às demandas desses estudantes, evidenciando um movimento progressivo em direção a uma educação mais inclusiva e justa no Tocantins.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas do Estado de Tocantins, nas últimas três décadas têm avançado consideravelmente, embora ainda haja desafios a serem superados. Através da análise das políticas públicas, práticas pedagógicas e perspectivas teóricas adotadas nesse período, foi possível observar os esforços e avanços em prol da inclusão e educação de qualidade para todos.

É fundamental que a sociedade continue a se engajar nesse processo de inclusão e valorização da diversidade, para que cada vez mais alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação de qualidade e possam desenvolver todo o seu potencial. A formação de professores, a adaptação de currículos, a disponibilização de recursos e tecnologias assistivas, e a promoção da inclusão social são iniciativas essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Por fim, é importante ressaltar que a Educação Inclusiva e a Educação Especial são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva no Estado de Tocantins. A promoção da igualdade de direitos e o respeito à diversidade são pilares que devem permear todas as práticas educacionais, visando sempre a inclusão e o acolhimento de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Bruna Gurgel de. **Escola de Educação. Departamento de Fundamentos da Educação. Alienação ou emancipação: A educação e o seu papel na sociedade.** Rio de Janeiro, 2016.
- COSTA, Roberto. **Educação e Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas.** 1. ed. São Paulo: Editora Educação e Cidadania, 2019.
- FÁVERO, Osmar (Org.). **Tornar a educação inclusiva.** Brasil: setembro de 2009. Disponível em: <link para o PDF>. Acesso em: 28 de junho. 2024.
- FREIRE, Paulo. **Paulo Freire e educação inclusiva.** Disponível em: <<https://content.paulofreire.org>>. Acesso em: 28 de junho. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 3.016, de 13 de maio de 2016.** Reconhece a visão monocular como deficiência visual no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 3.962, de 28 de março de 2022.** Dispõe sobre a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Tocantins e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? —** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Reflexões sobre inclusão com responsabilidade*. **Revista Ambiente Educação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, ago./dez. 2008.
- BRASIL. **Normas Educacionais sobre TDAH – Conselho Estadual de Educação do Tocantins.** Diretrizes voltadas para a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Publicadas em 2021. Disponível em: <https://www.cee.to.gov.br>. Acesso em: 04 dez. 2024.
- SANTOS, Maria de Lourdes. **Educação Inclusiva: Paradigmas e Práticas.** 1. ed. São Paulo: Editora X, 2018.
- SILVA, Maria da. **Gestão pedagógica e projeto político-pedagógico** (2ª ed.). São Paulo: Editora ABC 2021.
- SILVA, Ana Maria. **A Formação do Professor para a Inclusão de Alunos com Deficiência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Educação Inclusiva, 2021.
- TOCANTINS. **Resolução CEE-TO nº 040/2001.** Conselho Estadual de Educação do Tocantins, 2001. Disponível em: <https://mec.gov.br/cee-to-cee-to-n-040-2001_600710be179bf.pdf>. Acesso em: 25 de julho. 2024

TOCANTINS. **Resolução CEE-TO nº 028/2016**. Conselho Estadual de Educação do Tocantins, 2016. Disponível em: <https://mec.gov.br/cee-to-cee-n-028-2016_604676ce911de.pdf>. Acesso em: 25 de julho. 2024.

TOCANTINS. **Resolução CEE-TO nº 024/2020**. Conselho Estadual de Educação do Tocantins, 2020. Disponível em: <https://mec.gov.br/cee-to-cee-to-n-n-024_60479392ee2f7.pdf>. Acesso em: 25 de julho. 2024.

TOCANTINS. **Resolução CEE-TO nº 156/2020**. Conselho Estadual de Educação do Tocantins, 2020. Disponível em: <https://mec.gov.br/cee-to-cee-to-n-156-2020_605b9d853e400.pdf>. Acesso em: 25 de julho. 2024.

TOCANTINS. **Resolução CEE-TO nº 01/2010**. Conselho Estadual de Educação do Tocantins, 2010. Disponível em: <https://mec.gov.br/cee-to-cee-to-n-01-2010_601dad4f6cd15.pdf>. Acesso em: 26 de julho. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Framework para a Ação em Educação Especial**: Declaração da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 de julho. 2024.